



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS

Processo nº 2240.01.0007201/2021-75

**Procedência:** Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM.

**Interessado:** Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão – GECON.

**Número:** 177/2021

**Data:** 30/11/2021

**Classificação temática:** Direito Administrativo. Ato Normativo.

**Referências Normativas:** Lei Estadual nº 13.199/1999. Decreto Estadual nº 41.578/2001. Decreto Estadual nº 48.209/2021. Decreto Estadual nº 47.065/2016. Decreto Estadual nº 48.160/21.

**Ementa:** Deliberação CERH/MG – Aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba – Lei Estadual nº 13.199/99 – Decreto Estadual nº 48.160/21 – Condições Formais de Validade – Aprovação.

## NOTA JURÍDICA

### RELATÓRIO.

1. Vieram-nos os autos para análise e emissão de nota jurídica referente à minuta de deliberação CERH/MG (38322928) que tem como objetivo aprovar metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba.
2. Importante ressaltar que foi emitida Nota de Diligência (38582313) pela Procuradoria solicitando esclarecimentos acerca dos requisitos legais necessários para a implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos. Em resposta a área técnica anexou ao processo Nota Explicativa (38592881) que deverá ser avaliada pelos conselheiros quando da tomada de decisão.
3. Integram o Processo eletrônico SEI nº 2240.01.0007201/2021-75 os seguintes documentos, até a presente data: Deliberação CBH SF3 (38509067); Nota Técnica 15 (38322855); minuta de deliberação CERH/MG (38322928); memorando 70 (38323001); Nota de Diligência Proc. (38582313); Nota Explicativa GECON (38592881); Nota Jurídica 4368/2015 (38595774); Deliberação nº 14/19 – aprova PDRH (38641774); Termo de Posse – Diretoria CBH Paraopeba (38642956); Pauta 25ª reunião extraordinária (38643263); Lei Orçamentária Anual – 2022 (38645205); Orçamento LOA (38645339); memorando 71 (38624198).
4. Feito um breve relato a respeito do caso, examina-se a seguir a disciplina jurídica aplicável à situação. Ressalte-se que, em vista das regras da Resolução AGE 93/2021, da Lei Complementar nº 75/2004 e da Lei Complementar nº 81/2004, compete às Assessorias Jurídicas e às Procuradorias prestar consultoria sob o ponto de vista estritamente jurídico, contudo, não lhes compete tratar da conveniência e ou da

oportunidade dos atos praticados pela Administração, além de não lhes competir analisar os dados e os aspectos de natureza técnica, administrativa e financeira, tais como valores, cálculos e outras questões de cunho estritamente técnico.

5. Outrossim, salientamos que a presente análise jurídica se escora em documentos presumivelmente legítimos, ao passo que exarados por agentes públicos. Destaca-se, ainda, que as questões técnicas relacionadas ao caso concreto relatado pela consulente escapam das atribuições desta Assessoria, de modo que elas não serão objeto de análise da presente Nota, nos termos do que dispõe o art. 17, §3º, da Resolução AGE nº 26/2017:

*"a nota jurídica ou o parecer jurídico deve se restringir à análise jurídica da questão submetida à consulta, sendo defeso ao Procurador adentrar na análise de aspectos técnicos, econômicos e financeiros, bem como nas questões adstritas ao exercício da competência e da discricionariedade administrativa, a cargo das autoridades competentes".*

6. Desta feita, há que se pontuar que a presente manifestação limitar-se-á a análise jurídica dos aspectos formais e materiais da minuta de Deliberação CERH.

7. Nesse sentido, passamos as nossas considerações.

## FUNDAMENTAÇÃO.

8. Pois bem, a análise da presente minuta deve se dirigir à averiguação dos elementos necessários para sua existência válida e eficaz. Sendo assim, propõe-se a presente análise segundo os parâmetros de forma, competência, objeto, motivação e finalidade.

9. A minuta em questão encontra-se revestida sob a forma de Deliberação. No âmbito do Executivo Estadual as deliberações são espécie de ato administrativo, definidas como **decisões de cunho normativo ou deliberativo emanadas de órgãos colegiados da administração direta e indireta**, que discipline e regule matéria específica de sua competência dirigida a todos os seus administrados, veicule normas ou crie comissões específicas e grupos de trabalho sobre temas de interesse do órgão, conforme disposto no artigo 2º, inciso II, alíneas a e b, do Decreto Estadual nº 47.065/2016.

10. No presente caso, verificamos que a Deliberação que se pretende editar objetiva aprovar a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Paraopeba.

11. As deliberações aprovadas pelo órgão colegiado serão assinadas pela Secretária de Estado de Meio Ambiente que, nos termos do artigo 6º e do artigo 7º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 48.209/2021 exerce a presidência do CERH/MG.

12. Por sua vez, no que atine a competência material do CERH/MG para a edição do ato, depreende-se que o objeto da presente minuta está delimitado no artigo 1º e refere-se a aprovação da metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, na forma definida na Deliberação Normativa do CBH nº 08/2021. Trata-se, por certo, de uma das atribuições regulamentadoras conferidas ao Conselho, consubstanciado no artigo 25, §2º, da Lei Estadual nº 13.199/1999 e do artigo 8º, XII, do Decreto Estadual nº 48.209/2021:

**(Lei Estadual n.13.199/99)**

Art.25 (...)

*§ 2º – Os procedimentos para o cálculo e a fixação dos valores a serem cobrados pelo uso da água serão aprovados pelo CERH-MG.*

**(Decreto Estadual n. 48.209/2021)**

*Art. 8º – O Plenário é o órgão superior de deliberação do CERH-MG e detém as seguintes competências:*

*(...)*

*XII – aprovar os procedimentos para o cálculo e a fixação dos valores a serem cobrados pelo uso da água, nos termos do § 2º do art. 25 da [Lei nº 13.199, de 1999](#);*

13. A motivação para a emissão da deliberação foi apresentada na Nota Técnica nº 15/IGAM/GECON/2021 (38322855). Contudo, na análise jurídico-formal realizada pela Procuradoria do IGAM não há que se adentrar no mérito (oportunidade e conveniência) da justificativa da administração para emissão do ato, senão recomendar que seja a mais completa possível. Neste contexto, cabe aos Conselheiros do CERH/EMG avaliar se ponto de vista do mérito administrativo a motivação apresentada é determinante para a emissão da deliberação proposta.

14. A finalidade do ato consiste no resultado que a Administração quer alcançar com a sua prática. Diferentemente do objeto, que consiste no efeito imediato do ato, trata a finalidade do efeito mediato a ser atingido, ou seja, deve corresponder a uma finalidade pública. Esta também se encontra apresentada na Nota Técnica nº 15/IGAM/GECON/2021. Em vista das considerações ora apresentadas, entende-se que, do ponto de vista jurídico-formal, a prática do ato proposto é meio adequado para a concretização da finalidade visada.

15. Concluída a análise jurídico-formal a respeito das condições de validade do ato proposto será feito o exame, de igual natureza, a respeito do texto da minuta (38322928). Neste caso, além das normas afetas à matéria que é objeto da proposta, é preciso, considerar a observância às normas do Decreto Estadual nº 47.065/2016.

16. Em linhas gerais, o texto da minuta de Deliberação CERH/MG não incorre em irregularidades de forma.

## CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, realizada a análise dos aspectos formais e materiais da minuta do ato proposto a Procuradoria do IGAM não vislumbra, sob o aspecto legal, óbice à emissão da deliberação CERH/MG sob exame.

Valéria Magalhães Nogueira  
Advogada Autárquica do Estado  
Procuradora Chefe IGAM  
MASP 1085417-2 - OAB/MG 76.662

---

Documento assinado eletronicamente por **Valeria Magalhães Nogueira, Advogado(a) Autárquico(a)**, em 01/12/2021, às 08:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38823844** e o código CRC **0D033ACC**.

---

Referência: Processo nº 2240.01.0007201/2021-75

SEI nº 38823844